



Análise das Interações da Audiência Pública da CCT sobre Monitoramento do Desmatamento – 06/08/2025 – Gerado por IA

Este resumo apresenta uma visão geral das **94 participações de cidadãos** registradas na audiência pública da "Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática", realizada em 6 de agosto de 2025. O objetivo é sintetizar as principais preocupações e questionamentos do público sobre o monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros, a fim de subsidiar o debate e a atuação dos Senadores.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 94

Temas principais:

- Fiscalização, Punição e Ações Práticas (32%)**: A principal preocupação dos cidadãos é a lacuna entre o monitoramento e a aplicação efetiva de consequências para os infratores. Muitos veem os sistemas de detecção como "tirar foto para museu" se não resultarem em ações rápidas e punições severas, como embargos de áreas, aplicação de multas e responsabilização criminal. Há um forte sentimento de que a fiscalização em campo é insuficiente e que o ciclo de impunidade incentiva a continuidade do desmatamento. Os participantes questionam qual é o gargalo que impede a transformação dos dados de satélite em ações concretas e defendem o aumento do efetivo de fiscalização e o bloqueio de crédito para desmatadores.

Exemplo: "Tendo dados tão precisos, qual o gargalo entre a detecção do desmatamento pelos sistemas e a efetiva punição dos infratores em campo?"
(Paulo, GO)

2. Tecnologia e Eficácia dos Sistemas de Monitoramento (24%): Os participantes demonstraram grande interesse na tecnologia por trás do monitoramento. As perguntas abordam desde a comparação da eficácia entre os programas PRODES, DETER e MapBiomass até o uso de novas tecnologias como a Inteligência Artificial e sensores LiDAR para aumentar a precisão e a capacidade preditiva dos sistemas. Há também questionamentos sobre os satélites utilizados, a possibilidade de monitoramento em tempo real e a necessidade de integrar os dados das diferentes plataformas para tornar o combate ao desmatamento mais ágil e transparente.

Exemplo: "Como aliar sensoriamento remoto ao monitoramento terrestre (físico)? É possível alcançar esse monitoramento em tempo real?" (Ruth, CE)

3. Legislação e Vontade Política (21%): Uma parcela significativa das manifestações expressa forte ceticismo e críticas em relação à vontade política do governo e à atuação do Congresso Nacional. O Projeto de Lei n. 2159/2021 (sobre o licenciamento ambiental) foi citado diversas vezes como um retrocesso que pode legitimar o desmatamento e tornar os sistemas de monitoramento inúteis. Os cidadãos afirmam que não haverá avanço na preservação enquanto a legislação for flexibilizada e houver instabilidade nas políticas ambientais, pedindo que as decisões políticas sejam guiadas pela ciência e que os órgãos de controle, como o INPE, tenham autonomia e financiamento garantidos.

Exemplo: "Como falar em melhorias para a preservação com um Senado que aprova o PL da Devastação, piorando ainda mais a proposta que veio da Câmara?" (Luis, RJ)

4. Abrangência do Monitoramento e Gestão Integrada (14%): Os cidadãos apontam que o foco do monitoramento é excessivamente concentrado no

bioma amazônico, deixando outros ecossistemas igualmente ameaçados, como o Cerrado e a Mata Atlântica, em segundo plano. As participações clamam por um monitoramento mais abrangente, que inclua todos os biomas brasileiros. Além disso, defendem a necessidade de maior articulação entre União, estados e municípios e o fortalecimento da participação da sociedade civil e de instituições de pesquisa para garantir a efetividade das políticas de preservação em todo o território nacional.

Exemplo: "Como melhorar a articulação entre União, Estados e Municípios para garantir a efetividade das políticas de preservação?" (Dominique RS)

5. Democratização da Informação e Conscientização (9%): Por fim, os participantes destacaram a importância de tornar os dados sobre o desmatamento mais acessíveis e compreensíveis para a população em geral. A sugestão é que sejam criados relatórios e materiais informativos "para o público leigo", de modo a democratizar o conhecimento gerado pelos complexos sistemas de monitoramento. Acredita-se que, com mais transparência e informação, a sociedade pode se conscientizar sobre os impactos do desmatamento e se engajar mais ativamente na defesa do meio ambiente.

Exemplo: "Existe um relatório transformando os dados em informação para o público leigo?" (Lais, AM)

Em conclusão, as participações dos cidadãos revelam uma população informada e cética, que, embora reconheça a importância dos sistemas de monitoramento, cobra ações concretas. O sentimento predominante é de que a tecnologia de detecção é ineficaz sem fiscalização rigorosa e punições severas para os infratores. Os cidadãos exigem que o combate ao desmatamento transcenda o discurso e se materialize em políticas públicas efetivas, com maior investimento, abrangência para todos os biomas e transparência para engajar a sociedade na defesa dos ecossistemas brasileiros.



Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34865>